

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Comitê Interfederativo de Acompanhamento do TTAC



Palácio do Planalto – Anexo II, Sala 105, Ala A Térreo – Praça dos Três Poderes
70150-900 – Brasília-DF
(61)3411-2644

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

1 Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas e
2 trinta minutos, no Palácio do Planalto, Anexo I, Ala B, térreo, sala 105, em Brasília,
3 Distrito Federal, foi realizada a oitava reunião ordinária da Câmara Técnica Indígena e
4 Povos e Comunidades Tradicionais do Comitê Interfederativo (CIF), instituído no
5 âmbito do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) assinado entre a
6 União e os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo com as empresas Samarco
7 Mineração S.A, Vale S.A e BHP Biliton Brasil LTDA. Estiveram presentes
8 representantes da SEGOV, da FUNAI, da SESAI, da FCP, do IBAMA, do Conselho
9 Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e do CIF, com
10 acompanhamento da DPU-ES por conferência. A nova coordenadora da CT-IPCT
11 cumprimentou os presentes, agradeceu a presença do Presidente e secretaria executiva
12 do CIF, e apresentou os pontos de pauta da reunião: balanço de 2017 e verificação de
13 encaminhamentos, informes (reunião com Pescadores Artesanais ocorrida em Linhares,
14 a pauta quilombola, pauta indígena e gerais), alinhamento de procedimentos e fluxo de
15 funcionamento da CT-IPCT (composição, proposta de fluxo interno), calendário da CT-
16 IPCT para 2018 e outros assuntos. Abrindo os informes, o Presidente do CIF reiterou
17 que o Comitê só funciona com o conhecimento técnico e o apoio das Câmaras Técnicas,
18 sendo pressuposto do CIF alavancar e facilitar o acontecimento das ações, inclusive por
19 articulação com órgãos externos – a partir de demandas das Câmaras, colocando-se à
20 disposição. Em relação à reunião com os pescadores, ocorrida em Linhares no dia 24 de
21 janeiro de 2018, a representante da Secretaria Executiva do CNPCT informou que a
22 agenda foi em resposta a uma demanda apresentada em outubro de 2017 à SECNPCT
23 por três lideranças de comunidades de pescadores artesanais do Espírito Santo, sendo
24 que este segmento possui assento no Conselho Nacional de Povos e Comunidades
25 Tradicionais. A reunião também contou com mobilização e apoio do Conselho Pastoral
26 dos Pescadores (CPP) e Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP). A
27 reunião contou com a participação da DPE-ES, Ministério Público Federal de Linhares,
28 Ministério da Saúde (Coordenação de Saúde do Trabalhador), Secretaria de Governo,
29 IBAMA local, ICMBio local e Secretaria de Assistência do Estado e do Município de
30 Linhares, Secretaria de Saúde de Linhares, e a presença de cerca de 150 pescadores das
31 comunidades afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão. As comunidades
32 representadas definiram os temas a serem tratados, entre eles a necessidade de que a
33 Fundação Renova os reconhecesse enquanto pescadores e atingidos, a melhoria das
34 ações de assistência social e de saúde (mental, da água, do ambiente e outros). A
35 situação da Secretaria de Aquicultura e Pesca, que mudou de Ministério pelo menos três
36 vezes e está em processo de saída do MDIC para a Presidência da República foi
37 pontuada, ressaltando-se as dificuldades para o atendimento do segmento pesca,
38 especificamente as questões vinculadas ao RGP (registro geral de pesca). Além disso,
39 pontuou-se que o INSS tem conversado com o Ministério Público do Trabalho sobre as
40 questões relativas aos pescadores, que são considerados segurados especiais do INSS,

**CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS**

Comitê Interfederativo de Acompanhamento do TTAC



Palácio do Planalto – Anexo II, Sala 105, Ala A Térreo – Praça dos Três Poderes
70150-900 – Brasília-DF
(61)3411-2644

41 mas cuja situação está bastante indefinida em razão das dificuldades de contar tempo de
42 serviço para pescador que está proibido de pescar em função do desastre, entre outras
43 questões, como o reconhecimento da subnotificação das pessoas envolvidas na pesca
44 artesanal. Discutiui-se também a necessidade de ampliação da faixa de proibição da
45 pesca de Conceição da Barra até a região de Carapebus (município de Serra), além de
46 considerar as questões relativas à denúncia sobre pesca realizada por barcos de fora do
47 estado do ES na região de Degredo, sendo que os quilombolas, por exemplo, não podem
48 praticar nem a pesca nem o extrativismo. De acordo com a DPU-ES, hoje a proibição da
49 pesca está estabelecida em decisão judicial, de Degredo até o norte de Aracruz; os
50 atingidos pedem para impedir a pesca nos rios (parece que não há proibição em áreas
51 continentais) e nas áreas reconhecidas na deliberação nº 58 do CIF. A DPU relatou que
52 há problemas na orientação aos pescadores quanto ao uso ou não do auxílio emergencial
53 como renda para fins de seguro-defeso, bem como em relação à manutenção da
54 qualidade de segurado especial para fins de contribuição. Outra questão bastante
55 premente é o entendimento da qualificação dos pescadores artesanais e a checagem dos
56 critérios utilizados pela Renova na classificação dos pescadores para fins de auxílio e/ou
57 indenização. Em relação à situação geral da pesca, foram tirados dois
58 encaminhamentos: i) a CT-IPCT iria contatar a CTOS para alinhamento em relação ao
59 tratamento que está sendo dispensado aos pescadores e tirar encaminhamentos para o
60 trato das questões vinculadas aos pescadores no âmbito do CIF; ii) a Secretaria de
61 Governo, a partir de sua atuação transversal, ficou de discutir internamente e provocar o
62 Governo para fazer uma força-tarefa para tratar da questão “pesca”, a partir de
63 articulação com o MAPA, Ministério Público da União, INSS e Secretaria de
64 Aquicultura e Pesca, entre outros. Em relação à reunião realizada em Linhares, o
65 CNPCT informou que o relatório final está sendo sistematizado pela CPP e, assim que
66 disponibilizado, será compartilhado com os demais membros desta CT-IPCT, que fará
67 uma análise das reivindicações dos pescadores artesanais e apresentará propostas ao CIF
68 de como tratar as questões. Outra questão discutida é a atuação das mulheres como
69 “vendedoras/apoiadoras” da pesca e a contagem do número de pescadores artesanais na
70 família como definidores do auxílio emergencial e, conseqüentemente, da indenização.
71 A DPU irá apoiar a CT nas questões vinculadas ao arcabouço legal e na relação com as
72 comunidades locais e o IBAMA poderá indicar especialistas para apresentar as
73 categorias de pescadores artesanais para a Câmara. A CT buscará levantar, delimitar e
74 recomendar os critérios de classificação a serem utilizados no trato dos pescadores
75 artesanais para o CIF (via Nota Técnica própria ou conjunta com a CTOS), tendo em
76 vista, principalmente, a fragilidade atual do arcabouço legal e do ordenamento da pesca.
77 Embora o CIF entenda que a autodeclaração é suficiente, nem sempre essa questão tem
78 sido entendida da mesma forma em todas as CTs e a Fundação Renova tem se utilizado
79 de critérios próprios, razão pela qual é preciso que o CIF determine os parâmetros a
80 serem utilizados. Em relação aos Quilombolas, registrou-se que mulheres quilombolas
81 são marisqueiras e que há diferenças entre renda (baseada na atividade do homem) e
82 subsistência (todos trabalham), sendo que o auxílio emergencial está sendo pago por
83 núcleo familiar e não por atingido. O representante da Fundação Palmares informou que
84 o estudo da H&P reconheceu que em 94,4% das famílias quilombolas há mais de uma

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Comitê Interfederativo de Acompanhamento do TTAC



Palácio do Planalto – Anexo II, Sala 105, Ala A Térreo – Praça dos Três Poderes
70150-900 – Brasília-DF
(61)3411-2644

85 pessoa que trabalha com pesca e que o Termo de Referência elaborado pela Palmares
86 não levou em consideração que o desastre afetou a produção agrícola (mandioca,
87 temperos, verduras, e outros). Acrescentou que, em relação aos documentos produzidos
88 pela Fundação Renova (Plano Emergencial) e pela H&P – Estudo do Componente
89 Quilombola integral e resumido, houve uma análise inicial da Fundação Palmares. Para
90 o Plano Emergencial foi indicada a necessidade de atualizações, a existência de
91 problemas na análise da água e questionamentos de como está sendo feito o pagamento
92 do subsídio; as análises iniciais foram enviadas pela Fundação Renova, que solicitou
93 posicionamento da Câmara Técnica, à época recentemente instituída. Em relação aos
94 documentos da H&P, manifestou que o Estudo do Componente Quilombola parece bem
95 construído, havendo algumas sugestões e observações, além de correções pontuais
96 apontadas no relatório encaminhado à CT-IPCT, atendendo às exigências do TR e
97 trazendo a matriz de impactos, bem como as medidas que seriam adequadas para
98 mitigá-los. Já em relação ao documento resumido, acredita que ainda é preciso incluir
99 um glossário dos termos técnicos utilizados e a inserção de legenda na matriz de
100 impactos. Em relação à consulta pública sobre o estudo, a Palmares registrou que é
101 preciso um prazo mínimo de 15 dias para distribuição de material para a comunidade,
102 antes de reuni-la em assembleia para a consulta; assim, propõe a realização da consulta
103 pública em março/2018. Outras questões vinculadas aos quilombolas são os
104 questionamentos da comunidade sobre a confiabilidade dos estudos realizados sobre a
105 qualidade da água. A população não confia nos resultados e é preciso levar isso em
106 consideração; os impactados pedem a continuidade dos estudos e a série histórica
107 (inclusive sobre a sedimentação de rejeitos no leito do Rio Ipiranga). As últimas
108 informações da Palmares dão conta de que a comunidade de Degredo está comprando
109 água para consumo – o que deveria ser atendido no Plano Emergencial (seja via
110 caminhões pipa ou atuação da Prefeitura), conforme fala de seu representante. Até o
111 momento há dois conjuntos de estudos relativos à qualidade da água (um da H&P e
112 outro da Renova), realizados por dois laboratórios diferentes, mas não há comparação
113 entre os mesmos. Em relação às famílias beneficiárias, em Degredo há, atualmente, 130
114 famílias com cartão subsídio, sendo que 111 delas passaram a receber a partir de
115 agosto/17. O ECQ da H&P relatou que haveria 147 famílias na comunidade, mas a
116 comissão local de Degredo confirmou que há 130 famílias locais, com o movimento
117 pendular de 17 famílias (não pertencem, de fato, à comunidade). Em relação ao
118 pagamento do retroativo, houve ampla discussão e há divergência de opiniões entre os
119 membros da Câmara, considerando-se tanto a possibilidade de pagamento parcial às
120 famílias e utilização de parte para execução de projetos coletivos (ações estruturantes da
121 comunidade), a possibilidade de pagamento integral às famílias em concomitância a
122 oficinas para discutir com a comunidade como lidar com um montante maior de
123 recursos. As divergências de fundo tratam do posicionamento em relação à fragilização
124 da comunidade (alcoolismo, drogas, ociosidade) a partir do desastre, a ausência de
125 alternativas de produção e à necessidade de fortalecimento da tradicionalidade e à
126 garantia de tratamento isonômico aos atingidos. Os documentos ainda serão analisados
127 por alguns membros da CT (SEGOV e CNPCT), com retomada do assunto na próxima
128 reunião, com vistas a um posicionamento final da CT. Também haverá a formatação de

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Comitê Interfederativo de Acompanhamento do TTAC



Palácio do Planalto – Anexo II, Sala 105, Ala A Térreo – Praça dos Três Poderes
70150-900 – Brasília-DF
(61)3411-2644

129 uma proposta para que a comunidade possa decidir em relação aos recebíveis, durante a
130 realização da consulta sobre o Estudo. O CIF orientou que a análise técnica da
131 Fundação Palmares fosse compartilhada tempestivamente com a Fundação Renova, com
132 convite à entidade para apresentação do estudo em reunião da CT (junto com a H&P,
133 que realizou o estudo) para discussão conjunta e, em caso de alterações a partir da
134 contribuição dos membros da CT, a Nota Final seria novamente encaminhada à Renova
135 para conhecimento e ao CIF, para validação. Esse tema específico suscitou uma dúvida
136 mais geral sobre como proceder em caso de divergência entre os órgãos que compõem a
137 CT e o entendimento foi de que a situação poderia ser submetida ao CIF, para
138 deliberação. Em relação à retomada da discussão do ECQ em uma reunião
139 extraordinária logo no início de fevereiro, os presentes concordaram que o assunto será
140 pauta da próxima reunião ordinária, programada para os dias 19 e 20 de fevereiro.
141 Abrindo a pauta indígena, o representante da FUNAI informou que realmente houve
142 uma reunião entre FUNAI e Renova na semana anterior, mas que esse tipo de reunião
143 será trazida para o âmbito da CT. Além disso, comunicou que a Vale pediu uma reunião
144 com a FUNAI, a fim de fazer a transição do atendimento aos Krenak da Vale para a
145 Renova e o início dos estudos indígenas. A proposta é que a reunião aconteça logo
146 depois do Carnaval e é importante a participação do representante da FUNAI regional
147 (ES/MG). A FUNAI informou que realizou a última reunião em agosto de 2017 com os
148 Krenak, sem novidades importantes; espera-se que com essa próxima reunião seja
149 obtido algum avanço. Com os Tupinikim os estudos estão sendo feitos, tendo sido
150 encontrado um pequeno problema nas questões de coleta de água e sedimentos
151 (autorização para tal), mas a situação foi superada com a descentralização para a
152 Superintendência local e já está se aguardando a autorização para dar prosseguimento às
153 coletas e análises, de forma que nos próximos meses devem ser finalizados os estudos
154 com os Tupinikim e os Guarani (cerca de três meses de coletas). A FUNAI entende que
155 a comunidade está mais confiante, por participar do processo de definição das coletas,
156 da coleta em si e por ter conhecido os laboratórios que farão as análises. O processo está
157 baseado em um Termo de Referência da FUNAI e buscou-se envolver a comunidade e
158 outras Coordenações da FUNAI (não apenas a CGLIC - Coordenação Geral de
159 Licenciamento Ambiental, geralmente responsável pelo Termo de Referência).
160 Retomando a questão da reunião da Vale com a FUNAI, houve a ponderação da
161 necessidade de participação da Coordenação da CT ou de representante da CT; o
162 representante da FUNAI considera importante a participação da CT na reunião. A DPU
163 entende que as dificuldades de interlocução com a Renova, de todas as comunidades
164 indígenas atingidas pelo desastre, estão diretamente relacionadas à ausência de
165 propostas da Renova para a resolução de conflitos, com o chamamento das
166 mantenedoras para participar das conversas; diferentemente da Renova, a Vale tem
167 apresentado propostas de resolução. O CIF entende que a Vale precisa atuar junto aos
168 Krenak para que estes estabeleçam a interlocução com a Renova, considerando que a
169 Renova é a representante das empresas para o cumprimento do TTAC. Seguindo a
170 reunião, houve o relato de uma situação reportada pelas lideranças indígenas Tupinikim
171 à DPU-ES, no dia 30 de janeiro, quanto ao fechamento de um acordo com um escritório
172 de advocacia que estaria negociando com a Renova, com honorário de 30% do valor a

**CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS**

Comitê Interfederativo de Acompanhamento do TTAC



Palácio do Planalto – Anexo II, Sala 105, Ala A Térreo – Praça dos Três Poderes
70150-900 – Brasília-DF
(61)3411-2644

173 ser pago aos indígenas, e que advogados fizeram ameaças de que só receberia
174 indenização (PIM) quem estivesse representado por tal escritório; isso tem gerado cisão
175 na comunidade. Questionou-se se a FUNAI teria conhecimento da atuação deste
176 escritório e da entrada de advogados nas Terras Indígenas. Alguns membros da CT
177 manifestaram interesse em saber como funciona o Programa de Indenização Mediada
178 (PIM), mais especificamente, como seria a indenização dos indígenas que são
179 pescadores, por exemplo, se há efetivamente um contrato com os advogados privados e
180 se seria garantido aos indígenas a assistência jurídica gratuita. A partir da discussão
181 foram tirados encaminhamentos de ofícios à FUNAI para dar conhecimento à situação
182 apontada pela DPU e à Renova para saber maiores informações (se há contrato e/ou
183 pagamento direto a advogados de honorários decorrentes de indenizações, se está sendo
184 ou não realizado algum pagamento de indenização a indígenas pelos danos materiais e
185 perdas decorrentes do desastre). Além disso, a DPU comunicou que haverá um evento
186 em terra indígena, no qual acha pertinente que a FUNAI envie um representante local; o
187 evento será realizado na (AITG) Associação Indígena Tupinikim e Guarani, a partir das
188 13h de 08/02/2018, sob a condução do MPF, cuja pauta é a proposta do MPF de
189 alterações no processo de governança do acompanhamento das ações compensatórias
190 aos danos causados pelo desastre de Mariana; na oportunidade, a FUNAI poderá
191 esclarecer temas diferenciados eventualmente abordados, bem como repassar
192 informações sobre a situação que envolve a atuação de advogados particulares em áreas
193 indígenas. A coordenadora da CT irá pedir à DPU para repassar o convite para o evento,
194 para que possa dar conhecimento à FUNAI. Além disso, discutiu-se o papel da CT nesta
195 situação apontada pela DPU e a institucionalidade da FUNAI para acompanhar
196 quaisquer tratativas de advogados com indígenas, ressaltando-se a fragilidade da
197 população atingida e a atenção que as indenizações pelo desastre despertam, em termos
198 de judicialização. Ficou estabelecida a necessidade de celeridade nas apreciações que
199 cabem à Câmara e à geração de informes para os atingidos, seja pela FUNAI seja pela
200 própria Câmara; daí surge, novamente, a necessidade de maior interação com a CT-OS
201 para geração de informes mais específicos e conhecimento dos temas ali tratados,
202 especialmente na atenção devida às pessoas que têm direito às indenizações e/ou
203 assistência diferenciada. A relação com a Renova também precisa de maior celeridade
204 em respostas e questionamentos, para evitar atrasos no atendimento dos atingidos e para
205 gerar as informações e respostas mais concretas às comunidades tradicionais. Em
206 seguida, tratou-se da coordenação da câmara. A SEGOV passou a ser coordenadora a
207 partir de 30 de janeiro de 2018, de acordo com a deliberação do CIF de nº 151 (ainda
208 não publicada). A partir de encaminhamento de uma das reuniões da CT, foi feita uma
209 consulta ao CIF quanto à pertinência de participação de representantes das comunidades
210 atingidas nas reuniões da CT, às expensas da Renova. O CIF informou que várias
211 Câmaras têm pedido autorização neste sentido, e tem sido negado pelo CIF, mas que se
212 entende a especificidade do público e, por isso, o CIF aceita e sugere que a CT faça
213 tratativas diretamente com a Renova para viabilizar a participação das comunidades
214 atingidas. É preciso o alinhamento com os membros da CT, para definir os momentos
215 essenciais e as questões vinculadas às quantidades de pessoas (pequenos grupos de
216 representantes), bem como as estratégias de tratativas com os diferentes públicos. Os

**CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS**

Comitê Interfederativo de Acompanhamento do TTAC



Palácio do Planalto – Anexo II, Sala 105, Ala A Térreo – Praça dos Três Poderes
70150-900 – Brasília-DF
(61)3411-2644

217 pescadores já solicitaram participação em todas as instâncias do TTAC, os Krenak se
218 recusam a negociar com a Renova, e outras questões da participação da comunidade
219 foram elencadas. A proposta de calendário da CT-IPCT, apresentada na sequência, já
220 foi feita pensando-se na participação das comunidades – e é preciso que as instituições
221 participantes definam, junto à comunidade, como serão indicados os representantes.
222 Aprovando-se o calendário de reuniões, a consulta às comunidades para a indicação dos
223 representantes que serão convidados para a reunião, será feita pela Palmares, Funai,
224 CNPCT e a SESAI (se considerar pertinente). Em relação ao prognóstico de gastos da
225 Câmara para o primeiro semestre/2018, que já foi solicitado pelo CIF em diferentes
226 ocasiões, solicitou-se o envio das informações dos órgãos para a coordenação da
227 Câmara uniformizar e remeter ao CIF, contemplando diárias, passagens e outros gastos
228 vinculados ao acompanhamento das comunidades afetadas. A composição da CT entrou
229 em discussão e houve a comunicação que será solicitada a formalização das indicações,
230 sendo que a SESAI e a SEPPIR já fizeram a indicação de seus representantes, em
231 ofícios dos últimos dois meses; os membros atuais foram listados pela coordenação.
232 Discutiu-se a necessidade de convidar a Secretaria de Aquicultura e Pesca - SEAP a
233 participar das reuniões e definiu-se por inseri-la como convidada permanente, da mesma
234 forma que a DPU e o MPF (que não tem sido chamado para as reuniões). Em relação ao
235 fluxo de informações da CT, foi reforçada a necessidade de repostas ao levantamento de
236 pendências e documentos que está sendo finalizado, que demandará diversas consultas e
237 envios e pedidos de documentos aos participantes, bem como validação das atas das
238 reuniões anteriores e os prazos para encaminhamentos de documentos e convites para
239 reuniões. Finalmente, solicitou-se a averiguação das pendências apontadas pela
240 Fundação Renova (último eslaide, item 5), o compartilhamento das informações das
241 análises e estudos técnicos realizados na câmara (relatórios, notas técnicas e outros
242 documentos) e informou-se a necessidade de formalização dos membros da Câmara
243 para atender ao CIF e demais interessados (como é o caso da Renova), dos grupos
244 temáticos e/ou subcâmaras existentes – o que ainda precisa ser melhor discutido pelos
245 membros. Sobre o fluxo interno, definiu-se a necessidade de um calendário prévio, o
246 envio de convite com pauta prévia a tempo de que os membros possam confirmar
247 participação (inclusive quando há necessidade de emissão de passagens), propostas de
248 pauta que envolvam análise de documentos – envio prévio da documentação para leitura
249 pelos membros, concentração dos convites na Coordenação, minuta das atas e
250 indicações de alterações na ata deverão ser feitos antes da reunião subsequente (para
251 permitir validação), prazo mínimo para apresentação de deliberações ao CIF, relatoria
252 das notas técnicas será de responsabilidade do órgão emissor, a coordenação da Câmara
253 emitirá concordância com a NT, entre outros. A 8ª Reunião Ordinária da CT-IPCT se
254 encerrou às dezoito horas e dezoito minutos do dia trinta e um de janeiro de 2018, com a
255 definição de que a apresentação preparada pela Coordenação, a lista de presença e os
256 encaminhamentos pactuados ao longo da reunião, seriam repassados a todos os
257 participantes no dia subsequente, com estabelecimento de prazo para retorno. Além
258 disso, ficou pactuada a próxima reunião da CT-IPCT para os dias 19 e 20 de fevereiro.
259 **Encaminhamentos:** 1) a coordenação da CT-IPCT deve solicitar reunião com a CTOS
260 para alinhar as questões relativas ao atendimento aos pescadores a fim de que haja

**CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS**

Comitê Interfederativo de Acompanhamento do TTAC



Palácio do Planalto – Anexo II, Sala 105, Ala A Térreo – Praça dos Três Poderes
70150-900 – Brasília-DF
(61)3411-2644

261 parceria e coerência na atuação das duas câmaras técnicas; **2)** a CT-IPCT deve apreciar
262 tecnicamente as demandas dos pescadores (a partir de relatório a ser produzido após
263 reunião em Linhares e de demandas apresentadas pela APESCAMA), emitindo Nota
264 Técnica com recomendações ao CIF, inclusive sobre a expansão das áreas de proibição
265 de pesca; **3)** a SEGOV chamará reunião de governo com SEAP (Secretaria Especial de
266 Aquicultura e Pesca), Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Povos e
267 Comunidades Tradicionais, INSS, Ministério Público do Trabalho e DPU-ES, para
268 discutir e avaliar a necessidade de força-tarefa para identificação dos problemas e busca
269 de soluções articuladas entre os órgãos para atendimento aos pescadores artesanais; **4)** o
270 Estudo do Componente Quilombola, Nota Técnica e demais documentos – foram
271 colocados à disposição dos membros do núcleo Quilombola – a fim de que seja possível
272 apreciar análise da Fundação Palmares e definir um posicionamento da CT-IPCT na
273 próxima reunião ordinária da Câmara; **5)** a coordenação da CT-IPCT deve emitir ofícios
274 à FUNAI e à Fundação Renova para alertar/solicitar informações acerca da atuação de
275 advogados particulares nas Terras Indígenas – há informações de que advogados
276 possuem número significativo de procurações para representarem os indígenas nas
277 tratativas com a Fundação Renova em torno do Programa de Indenização Mediada
278 (PIM); **6)** a CT-IPCT repassará convite da DPU à FUNAI para que seja indicado
279 representante local para participar de reunião na Associação Indígena Tupinikim e
280 Guarani, sob a condução do MPF, cuja pauta envolve a discussão em torno das
281 alterações na governança do acompanhamento das ações implementadas em decorrência
282 do rompimento da Barragem de Fundão; **7)** os órgãos que fazem parte da CT devem
283 encaminhar estimativa de gastos do primeiro semestre de 2018 à Coordenação, para que
284 seja consolidado documento único da CT para envio ao CIF; **8)** a coordenação da CT-
285 IPCT convidará a SEAP (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca) para participar das
286 próximas reuniões da CT; **9)** a proposta de Calendário de reuniões ordinárias da CT-
287 IPCT para 2018 deverá ser avaliada pelos membros e sugestões/contribuições deverão
288 ser remetidas para a coordenação da Câmara até 02/02/2018; **10)** a coordenação irá
289 encaminhar aos membros da CT, até 02/02/2018, uma planilha com o levantamento das
290 discussões e encaminhamentos registrados nas atas das reuniões ordinárias já realizadas,
291 para que cada um esclareça a situação atual do problema, permitindo a retomada de
292 discussões na próxima reunião ordinária, ou o arquivamento de assuntos já esgotados
293 pela CT, até 07/02/2018; **11)** Os órgãos participantes da CT deverão compartilhar com a
294 coordenação atual os documentos que foram utilizados para embasar os estudos
295 (Termos de Referência, Notas Técnicas, Planos de Trabalho e outros); **12)** a próxima
296 reunião ordinária da CT-IPCT será realizada nos dias 19 e 20/02/2018 (segunda e terça-
297 feira), em local e horário a serem informados pela Coordenação, com convites à
298 participação da Fundação Renova, SAP e MPF. Nada mais havendo a registrar, encerra-
299 se a ata da 8ª reunião de CT-IPCT.

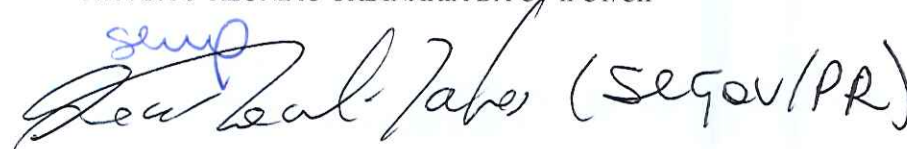
 (FOP)

Janessa de S. Lança (SECNPCT/MDS)

André Eduardo (FUNAI)

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CT-IPCT/CIF

Página 7 de 7

 (SEGOV/PR)

